



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

Estado de São Paulo

Atas - Livro nº 19 - Fl. N.º8

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DO BIRIGÜIPREV, REALIZADA EM 28 DE JANEIRO DE 2021.

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e um, às 13:00 horas, realizou-se a primeira reunião ordinária do Comitê gestor de Investimentos do Instituto de Previdência do Município de Birigüi – BirigüiPrev; cuja pauta constava os seguintes itens a serem analisados: 1— Elaboração da política de investimentos do período; 2- Acompanhamento da rentabilidade e dos riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos bem como aderência das alocações e processos decisórios de investimento à Política de Investimentos; 3 – Outros Assuntos. Em razão da pandemia de coronavírus, observando o Decreto nº 6.589, de 19 de março de 2020, e priorizando o atendimento à distância como forma de prevenção e finalidade de evitar a aglomeração de pessoas na sala de reuniões do BirigüiPrev, o Superintendente juntamente aos demais membros optaram por realizar esta reunião de forma digital, havendo a convocação através do ofício circular 2/2021, encaminhado por e-mail a todos, bem como publicação no diário eletrônico do município, sendo também encaminhado por whatsapp aos membros o aviso da reunião, na qual a conversa ficará anexada a ata. Foram enviados e-mail a todos com o material de apoio, contendo documentos recebidos e relatório de investimentos do mês de dezembro/2020. A ferramenta utilizada foi pelo google meet pelo link



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

Estado de São Paulo

Atas - Livro nº 19 - FI. N.º9

<https://meet.google.com/pbg-rqzq-imv>. Participaram da reunião os seguintes membros: Evandro Cesar Zampieri da Silva, Jean Rodrigo Lourenço Rambaldi, Antonio Valter da Silva, Ana Claudia de Castro Vieira Vicente, Leonardo Barbosa Vila Participaram ainda, Daniel Leandro Boccardo, Superintendente e Anderson de Souza Neves Rocha Diretor Administrativo e financeiro. **ASSUNTOS GERAIS:** Informou que até a presente data a Câmara Municipal e BiriguiPrev estão em dia com os pagamentos referentes às contribuições dos servidores e patronal. Quanto a parte dos servidores, a prefeitura também repassou com alguns dias em atraso na qual dá ciência aos conselhos do ofícios 14/2021; 20/2021 e 29/2021, sendo que no momento pendente estão os valores de multa da contribuição servidores do grupo previdenciário, e patronal do grupo previdenciário referente a competência de dezembro/2020 (dez/2020 e 13 salário/2020). Quanto aos valores referentes à compensação previdenciária paga pelo INSS, no mês de janeiro não foi recebido tendo em vista que o sistema do comprev está sendo alterado e migrando para um novo e que deve receber em fevereiro/2021 e em razão disto não ocorreu a aplicação da deliberação nos fundos em exterior do Banco do Brasil, que tão logo entre o crédito e sendo possível será feito a movimentação. Os parcelamento referente a janeiro/2021 com a inclusão dos realizados em razão da pandemia, autorizado pelo Governo Federal, e Lei Municipal 6.902/2020 vencem em 29/01/2021. Comentou sobre boletim mensal da caixa e carteira sugerida do RPPS Banco do Brasil, contendo informações do cenário atual, ambos documentos enviados por e-mail aos conselheiros, sendo parte da ata pois contém explicações do cenário doméstico e internacional do mercado financeiro. Apresentou o relatório trend bank novembro/2020. Informou que prefeitura através do ofício sefin 03/2021 solicitou o parcelamento previsto na Lei Municipal 6902/2020 das parcelas dos acordos vencidos em dezembro/2020 e também revisão de índice de atualização de valores em atrasos e encargos que foi passado na reunião de ontem do Conselho Deliberativo que manifestou favorável desde que mantida o mínimo a garantir a meta atuarial na qual autorizou a mudança para índice de atualização para IPCA, mais 0,50% de juros compostos e multa de 1% a.m. Informou que recebemos a última parcela da negociação da folha com a Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 296.200,00. Informa que foi transferido as quotas dos fundo imobiliários (Rio Bravo/BB renda corporativa) o para a corretora Warren - CNPJ 92.875.780/0001-31 tendo em vista ter apresentado taxa de corretagem menor que Caixa, BB e Bradesco e que será iniciado a venda das quotas. Informa que os documentos da corretora foram solicitados e arquivados no BiriguiPrev. Comenta que em caso de não renovação do CRP em 08/02/2021 o BiriguiPrev perde a qualidade de investidor qualificado não podendo fazer investimentos no mercado para este tipo de investidor. Os valores que encontram-se na carteira podem ser mantidos conforme artigo 23 da Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, e tão logo o CRP seja renovado pode retornar fazer aplicações em fundos destinados a investidor qualificado. Esta questão prejudica a estratégia de investimentos do BiriguiPrev consequentemente o Ente tendo em vista que com taxa de juros no mercado baixas a carteira não renderá dificultando o atingimento da meta atuarial interferindo na rentabilidade das provisões matemáticas a conceder e concedido. **RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS DEZEMBRO/2020:** Foi apresentado o relatório da carteira de investimentos do BiriguiPrev do mês de dezembro/2020, na qual consta o montante financeiro de R\$ 223.603.618,78, considerando o valor disponível em conta corrente grupo previdenciário e financeiro e sem considerar o valor a recuperar do Banco Santos de R\$ 334.708,10, assim, houve um superavit financeiro de R\$ 4.693.263,40. Apresentou relatório da contabilidade sobre o controle e arrecadação de rendimentos do mês de dezembro/2020, apresentou valorização de mercado de R\$ 6.370.333,50. No consolidado da carteira, saldo em 31/12/2020, a rentabilidade no mês de DEZEMBRO/2020 foi de 2,92%.



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

Estado de São Paulo

Atas - Livro nº 19 - FI. N.º10

Quanto ao acumulado no ano de 5,08%. Quanto à meta atuarial no mês (IPCA + 5,87% a.a), foi de 1,86% e a acumulada no ano é de 10,63%. As deliberações dos itens 1 e 2 da pauta encontra-se no parecer anexo a esta ata. **PALAVRA LIVRE:** Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a presente reunião às 14:20h., De todo o ocorrido, lavrou-se a presente ata que será assinada pelos membros do Comitê Gestor e da Diretoria Executiva do BiriguiPrev quando for possível em razão da pandemia.

COMITÊ GESTOR:

Evandro Cesar Zampieri da Silva
Coordenador do Comitê
Certificado- APIMEC CGRPPS

Ana Claudia de Castro Vieira Vicente
Membro
Certificado- APIMEC CGRPPS

Jean Rodrigo Lourenço Rambaldi
Membro
Certificado- APIMEC CGRPPS

Leonardo Barbosa Vila
Membro

Antonio Valter da Silva
Membro
Certificado- APIMEC CGRPPS

Anderson de Souza Neves Rocha
Diretor Adm e Financeiro
Certificado- APIMEC CGRPPS

Daniel Leandro Boccardo
Superintendente
Certificado - CPA20

**Parecer do Comitê de Investimentos
da Reunião Ordinária do dia 28/01/2021**

Trata-se de Parecer emitido nos termos do Item do 3.2.6 – Política de Investimentos do Manual do Pró Gestão RPPS de acompanhamento da rentabilidade e dos riscos das diversas modalidades de operações, realizadas na aplicação dos recursos do RPPS e da aderência das alocações e processos decisórios de investimento à Política de Investimentos.

Na reunião do dia 28 de janeiro de 2021, analisando os resultados da competência de dezembro/2020 e do exercício quanto a rentabilidade e os riscos diversos de aplicações feitas pelo Birigüiprev e aderência das alocações quanto a política de investimentos, deliberaram que o resultado foi satisfatório considerando ao atual cenário, e dentro dos riscos permitidos na política de investimentos, aprovada para o exercício estando em conformidade com a mesma os investimentos. Foi solicitado aos gestores dos investimentos que tiveram rentabilidade insatisfatória durante ano de 2020, um relatório explicativo, que foi respondido por todos que foi enviado aos conselheiros que vai estar anexo a este parecer. Quanto a rentabilidade do exercício de 2020, o Instituto de Previdência do Município de Birigui obteve rentabilidade com data base em 31/12/2020, foi de 5,08% com um total de rendimentos de mais de R\$ 9.733.974,82 no exercício. O retorno no mês dezembro/2020 foi de 2,92% repetindo assim a boa performance registrada no mês de novembro e eliminando o percentual negativo registrado até outubro. Já a meta atuarial no exercício 2020 foi de 10,63% e no mês 1,86%. O total aplicado no mercado financeiro no final de 2020 era de R\$ 223.603.618,78. A boa rentabilidade, ocorreu principalmente pela manutenção nos investimentos em renda variável, fundos

multimercado, buscando fundo de gestão ativa e aumento gradativo em fundo de renda variável no exterior, tendo em vista a renda fixa, com a taxa selic em 2% a.a deverá ter declínio nas alocações, pois não conseguiram mais atingir a meta atuarial. A considerar a rentabilidade, podemos lucidar as questões e decisões, bem como o acompanhamento diário dos investimentos por esse comitê com apoio tático da gestão do BiriguiPrev. Lembramos que A RENTABILIDADE nada mais é que o retorno gerado sobre um determinado investimento realizado. Durante o período do investimento, a rentabilidade oscila, podendo, inclusive, ficar negativa, “*não significando que há uma perda, e sim um resultado não positivo, que ao não ser resgatado, não majora-se prejuízo*”. Isso se deve a fatores como característica do produto, notícias com impactos econômicos negativos, mudanças de expectativas dos agentes econômicos e etc. O superintendente do BiriguiPrev, comentou que num ano atípico como foi 2020, com a crise econômica global provocada *pela pandemia do coronavírus*, o resultado, embora abaixo da meta, pode ser considerado como satisfatório, já que a expectativa após o início da pandemia era de apresentar rentabilidade negativa. No entanto, com a reação do mercado financeiro nos meses seguintes, o BiriguiPrev conseguiu recuperar as expressivas quedas registradas no primeiro trimestre e os resultados de novembro e dezembro propiciaram uma rentabilidade positiva no ano. Já em relação à meta atuarial, o grande impacto negativo foi a aceleração da inflação e no IPCA 2020. De acordo com o boletim Focus, divulgado pelo Banco Central do Brasil no final de 2019, a expectativa para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para o ano seguinte era de 3,60%. No entanto, o indicador medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) encerrou o exercício em 4,52% pressionando a meta atuarial para cima. A meta atuarial do BiriguiPrev para 2020 foi de 5,86% acrescida da variação do IPCA. Analisando os últimos 4 anos de rentabilidade/meta atuarial do BiriguiPrev verifica-se que nos últimos anos O BiriguiPrev está acima da meta , ajudando o plano previdenciário a manter o superávit conforme quadro abaixo:

Ano	Meta BiriguiPrev	Rentabilidade carteira
2017	9,05%	12,90%
2018	9,71%	9,92 %
2019	10,59%	15,80%
2020	10,63 %	5,08%
TOTAL ACUMULADO	39,98%	43,70%

A expectativa para 2021 é de uma melhora gradual no mercado financeiro, dependendo do quadro político-econômico e *epidemiológico*, das aprovações de reformas estruturais e fiscais pelo Congresso Nacional e da recuperação das economias internacionais, bastante fragilizadas pela crise provocada pela pandemia da Covid-19 e da vacinação a população Mundial.

Quanto a estratégias alvos da política aprovada para 2020, o único limite que ficou acima foi do artigo 7, inciso, "a" (Título Público), muito mais pela falta de recursos tendo em vista pandemia e suspensão de valores não havendo repasses com a estagnação da Carteira de Investimento, contudo dentro do limite permitido da Resolução.

As demais estratégias ficaram difíceis de serem atingidas, pois havia mais resgates do que entradas para pagamentos das aposentadorias e pensões do grupo previdenciário só buscando a estratégia alvo em fundos em exterior com poucos valores que ingressaram no BiriguiPrev durante o ano de 2020. Aproveitando para esclarecer dúvidas suscitadas sobre investimento no exterior os membros do Comitê gestor de investimentos tendo em vista diversos comentários de pessoas que *desconhecem* legislação, sistemática de investimentos de um RPPS fizeram constar no parecer através do superintendente alguns considerações sobre a questão de aplicações em fundo exterior, que nos ajudaram no corrente ano a ter um rentabilidade maior na carteira. As decisões sobre investimentos utilizam sobre critério de responsabilidade, ética, honestidade e fidelidade ao trabalho, a diretoria do BiriguiPrev, bem como o Comitê Gestor de Investimentos, desempenhando as ações de sapiência e cognição, segue em constante atualização com a legislação previdenciária, financeira e de investimento.

Atualmente os investimentos em exterior que possuímos são nas instituições (Xp investimentos/Mongeral Aegon e Banco do Brasil) e acompanhando os fundos das instituições Caixa Economica Federal, Genial Investimentos e Btg Pactual. Conforme o novo artigo 9º-A da Resolução CMN 3.922, os RPPS só poderão aplicar em três espécies de ativos no segmento "Investimento no Exterior", limitados a 10% dos recursos administrados pelo RPPS, devendo possuir no nome "Investimentos no Exterior", e só podem ser aplicados por investidores qualificados:

I – cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa";

II – cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela CVM, que invistam, no mínimo, 67% do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior;

III – cotas dos fundos da classe "Ações - BDR Nível I", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.

O limite geral de concentração no fundo de investimento de 15% do seu patrimônio líquido, conforme previsto no inalterado artigo 14 da Resolução CMN 3.922.

Existem duas classificações de fundo exterior: Os Fundo Offshore (fundo lá fora): a gestão e administração é toda feita no exterior, ou seja, a escolha da estratégia e dos papéis que irão compor a carteira do fundo é feita pelo gestor lá fora.

O Feeder Fund Local (Fundo de investimento no Exterior): Este fundo é local, com sede no Brasil, que compra as cotas do fundo no exterior, " **sendo esse o fundo que os RPPS aplicam**".

Existem dois tipos:

Com Hedge Cambial (proteção cambial): Onde o cotista não corre o risco da variação cambial, somente o risco das ações que compõem o fundo lá fora.

Sem Hedge Cambial (sem proteção cambial): onde o cotista corre o risco das ações que compõem o fundo lá fora e **TAMBÉM** o risco da variação cambial.

Embora nos fundos sem proteção cambial o cotista corra 2 riscos (ações e câmbio) o Comitê entende que este tipo de fundo "protege contra o risco Brasil", uma vez que quando temos um stress local, o dólar sobe e as ações caem, fazendo com que o fundo

tenha a sua valorização pelo câmbio (que foi o que ocorreu em março/2020), já, quando o Brasil está bem, onde as ações sobem, normalmente as ações lá fora também sobem e o cambio é negativo (por conta da valorização do Real), mas ainda sim, o fundo não sobe como as bolsas brasileiras, mas sobe mais que outros ativos, normalmente (como ocorreu setembro/2020). **Existem os fundos BDR nível I, que enquadram no Art.9º-A, III:** (estes podem ser feitos por investidores em geral): também são fundos de investimento no exterior e não possuem proteção cambial. " A BDR", são empresas estrangeiras que tem negociação na Bolsa Brasileira (B3), portanto, o universo de empresas é MUITO MENOR que os fundos de investimentos no exterior, que tem uma quantidade muito maior de empresas e, não somente as que tem negociação na bolsa brasileira. Para o período o comitê gestor de investimentos do Birigüiprev deliberou por fazer as seguintes movimentações: **1-** Sugeriu ao Conselho Deliberativo a reversão da parcela recebida do valor da venda da folha para o grupo previdenciário, como foi aprovado em julho de 2020 tendo em vista a reserva administrativa para o referido exercício. Colocado em votação todos conselheiros foram favoráveis. **2-** Resgatar o valor da folha de janeiro/2021 do aposentados e pensionistas do grupo previdenciário no inicio de fevereiro/2021 do fundo Caixa Novo Brasil IMB FIC RF LP - CNPJ 10.646.895/0001-90 para pagamento da folha, e já para atender estratégia da política de 2021 com redução no tipo de investimentos conforme política de investimentos aprovada. Colocado em votação todos conselheiros foram favoráveis pela movimentação. **3-** O valor da compensação previdenciária que ingressará no inicio de fevereiro/2021 que caso ingresse até 5 dia útil será aplicado 50% no fundo BB Mult Global Select Equity IE e 50% no fundo BB AÇÕES NORDEA, fundos de aplicação no exterior que o Birigüiprev tem aplicado no Banco do Brasil, iniciando o aumentando a exposição neste tipo de investimento conforme estratégia alvo da Política para ano de 2021. Colocado em votação todos conselheiros foram favoráveis pela movimentação. **4-** No dia 17 de fevereiro devem entrar os juros semestrais do Título Publico que foi deliberado e aprovado pro todos conselheiros a aplicação no fundo Caixa Idka2 tendo em vista que a grande probabilidade de não possuímos o CRP válido para pagamento das despesas da folha do grupo previdenciário **5-** Os demais valores que forem ingressando até a próxima reunião deverão ser aplicados no fundo Caixa IDKA 2, sendo resgatados também do fundo Caixa IDKA 2 os valores para o pagamento das despesas mensais do grupo previdenciário, e aplicar os demais valores que forem



INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE BIRIGUI – BIRIGUIPREV

CNPJ – 05.078.585/0001-86

Rua Fundadores 355 –Centro – Birigui SP – CEP 16.200-040

creditados na conta corrente do Banco do Brasil, no BB Previdenciário Renda Fixa Alocação Ativa Retorno Total mantendo a estratégia de aplicação em curto prazo dos créditos de valores pequenos na conta do Biriguiprev. Colocado em votação todos conselheiros foram favoráveis pela deliberação.

Evandro Cesar Zampieri da Silva

Coordenador do Comitê

Certificado- APIMEC CGRPPS

Ana Claudia de Castro Vieira Vicente

Membro

Certificado- APIMEC CGRPPS

Jean Rodrigo Lourenço Rambaldi

Membro

Certificado- APIMEC CGRPPS

Leonardo Barbosa Vila

Membro

Antonio Valter da Silva

Membro

Certificado- APIMEC CGRPPS

Anderson de Souza Neves Rocha

Diretor Adm e Financeiro

Certificado- APIMEC CGRPPS

Daniel Leandro Boccardo

Superintendente

Certificado - CPA20